

A POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO: PERSPECTIVAS PARA UMA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Etienne Santiago Carneiro

Carlos Alex de CAntuária Cypriano

RESUMO

As instituições de ensino ligadas à formação de trabalhadores precisam reavaliar constantemente seu processos de ensino com o objetivo de reorientar a práxis pedagógica e dentro dessa perspectiva, o acompanhamento de egressos torna-se uma excelente ferramenta para avaliação e adequação dos cursos ofertados. O presente artigo busca identificar de que forma a atual política egressos do IF Baiano contribui para a avaliação institucional. Para tanto, buscou analisar a efetividade das políticas e diretrizes traçadas para o acompanhamento dos egressos no referido instituto, a partir dos documentos institucionais. Dialogando com autores que discutem as bases históricas da EPT, a metodologia é de abordagem qualitativa. Como resultado constatou-se que o acompanhamento de egressos é ainda um desafio para IF Baiano.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica, Avaliação Institucional, Acompanhamento de Egressos, Diretrizes Institucionais.

THE POLICY OF ACCOMPANYING GRADUATES OF THE FEDERAL INSTITUTE OF BAIANO: PERSPECTIVES FOR AN INSTITUTIONAL EVALUATION

ABSTRACT

Institutions of education related to the training of workers must constantly reassess their teaching processes in order to reorient pedagogical praxis and within this perspective, the follow-up of graduates becomes an excelente tool for the evaluation and adequacy of the courses offered. This article seeks to identify how the current policy of the IF Baiano contributes to the institutional evaluation. In order to do so, it sought to analyze the effectiveness of the policies and guidelines drawn up for the follow-up of the graduates in said institute, based on the institutional documents. Dialoging with authors who discuss the historical bases of EPT, the methodology is qualitative approach. As a result, it was found that the follow-up graduates is still a challenge for IF Baiano.

KEYWORDS: Professional and Technological Education, Institutional Evaluation, Monitoring of graduates, Institutional Guidelines.

1. INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica sofreu diversas transformações no decorrer do século XX, e principalmente neste início do século XXI. Tais transformações foram necessárias, frente às novas tecnologias de informação e comunicação que demandam novos conhecimentos, gerando impactos significativos sobre a sociedade. As instituições de ensino ligadas a formação de trabalhadores, precisam a todo instante, reavaliar seu processo de ensino, para que possam formar indivíduos capazes de exercer a cidadania e se inserirem no mundo do trabalho de forma autônoma e transformadora.

Nessa perspectiva, o acompanhamento dos egressos torna-se uma excelente ferramenta para avaliação dos cursos ofertados e principalmente como fonte de informação para adequação e reformulação de tais cursos, a fim de preparar melhor o indivíduo para os desafios do mundo do trabalho.

Nesse viés, o presente artigo busca identificar de que forma a atual política egressos do IF Baiano contribui para a avaliação institucional. Para tanto, analisa a efetividade das políticas de acompanhamento dos egressos nos documentos institucionais, a saber: Regimento Geral (RG), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Objetivando identificar nos documentos, as diretrizes traçadas para o acompanhamento de egressos nos institutos, e em seguida comparar tais diretrizes. Tal pesquisa se justifica pela relevância do acompanhamento de egressos para avaliação institucional e pelas pesquisas ainda incipientes sobre o assunto. Silveira e Carvalho (2012) destacam que as referências escassas de pesquisas com egressos retratam as dificuldades encontradas para a operacionalização desse tipo de estudo.

Sendo assim, este trabalho dialoga com autores que discutem as bases históricas da educação profissional e tecnológica no Brasil, tais como: Frigotto, Ciavatta & Ramos (2012), Mota e Souza (2016), Moura (2007), Kuenzer (2007), Saviani (1994), dentre outros. A metodologia é classificada como de abordagem qualitativa, já que se pretende explicar ou descrever um evento ou uma situação (FREITAS; JABBOUR, 2011), verificando como o fenômeno ocorre no caso específico: o egresso. Como resultado, constatou-se que o acompanhamento de egressos ainda é um desafio para o IF Baiano e a efetividade da política institucionalizada tem um longo percurso na sistematização de ações planejadas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A educação profissional e o Instituto Federal Baiano

A educação profissional no Brasil surge em 1909 com a criação da Escola de Aprendizes Artífices, no governo de Nilo Peçanha. Com a concepção assistencialista e custeada pelo Estado, era destinada a classes populares, ou seja, aos órfãos e desvalidos da sorte. Até 1932, aos alunos que concluíam a educação profissional era-lhe cerceado o direito de acesso ao ensino superior. Apenas quem concluía o curso ginásial, tinha o direito de disputar uma vaga nas universidades e faculdades existentes na época, por meio de exames de admissão. Deste modo, a oferta da educação profissional proposta, como o normal, o técnico comercial e o agrícola visavam atender as demandas do processo produtivo da época.

A educação sofreu profundas consequências durante a década de 40 do século passado, devido as grandes transformações políticas e econômicas desse período. Apenas em 1942, com a Reforma Capanema, os cursos normal e profissionalizante, foram colocados no mesmo nível do curso colegial. Contudo, não asseguravam o acesso ao ensino superior. Nesse sentido, Kuenzer (2007) afirma que para o acesso ao nível superior eram exigidos conhecimentos de conteúdos gerais, das ciências, das letras e das humanidades. Tais conhecimentos eram reconhecidos como necessários às funções de dirigentes. Segundo a autora, os egressos dos cursos profissionalizantes não tinham conhecimentos voltados a um campo específico de trabalho. Para tanto, deveriam complementar o currículo com conhecimentos de línguas, de ciências, de filosofia e de artes.

Também em 1942, com o Decreto-Lei 4.073 de 30 de Janeiro, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Escolas Técnicas Federais. Além disso, é criado pelo Decreto-Lei 4.048, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, dando origem ao que se conhece hoje como Sistema “S”. De acordo com Moura (2007), o conjunto desses Decretos-Lei evidenciou a importância que passou a ter a educação dentro do país e, em especial, a educação profissional.

Vale ressaltar que a criação do SENAI e SENAC, em 1942 e 1946, respectivamente, busca atender as demandas definida pela divisão social e técnica do trabalho, organizada pelo sistema taylorista/fordista em resposta ao crescente desenvolvimento industrial. Em 1961, é promulgada a Lei 4.024, Lei de Diretrizes Básicas – LDB, onde articula os ramos secundários de 2º ciclo e de profissional, para fins de acesso ao ensino superior. Uma característica importante dessa época é a

legitimação de outros saberes, principalmente em decorrência do crescente desenvolvimento dos setores secundário e terciário. Apesar dessa mudança, permanece a dualidade na educação brasileira, com projetos pedagógicos distintos que atendiam às necessidades definidas na divisão social e técnica do trabalho.

Com o golpe militar de 1964, é outorgada a LDB de 1971, onde sua principal característica é uma educação voltada para o trabalho desde o currículo do 1º grau. Nessa época, torna-se obrigatória a habilitação profissional para todos que cursassem o 2º grau, em um total alinhamento as demandas do mercado de trabalho local ou regional. Kuenzer (2007) destaca que a principal articulação do modelo político e econômico da ditadura é a contenção da demanda de estudantes secundaristas ao ensino superior, a despolitização do ensino secundário e a preparação de força de trabalho qualificada para atender às demandas do desenvolvimento econômico.

Com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Carta Magna de 1988, buscou-se assegurar o financiamento da educação em todos os níveis, ratificando a tríade do desenvolvimento humano, sustentado no preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Contudo, esse projeto aludido no texto constitucional confrontou-se com o projeto dominante do século XX. Segundo Frigotto, Ciavatta & Ramos (2012), mal a Constituição foi promulgada, já em 1989, iniciou-se, com o governo Collor de Mello, a radicalização da modernização conservadora.

Na mesma percepção, Ramos (2014) destaca que Collor propôs para o Brasil um modelo de reestruturação econômica e de intervenção do Estado afinado com o ideário neoliberal, tendo como base o instrumento analítico desenvolvido no chamado Consenso de Washington. Formulado por economistas de instituições financeiras localizadas na capital dos Estados Unidos, o Consenso de Washington reúne um conjunto de medidas que buscava garantir crescimento econômico de países da América Latina, alicerçada em políticas neoliberais. Assim, Frigotto (2010) afirma que os debates político e econômico foram substituídos pelo discurso técnico-gerencial e pelo ideário do ajuste, da descentralização e da privatização.

Nesse patamar histórico, o governo Fernando Henrique Cardoso, efetiva durante seus dois mandatos, profundas transformações na educação brasileira, e mais especificamente na educação profissional e tecnológica. A Pedagogia das Competências, com vocábulos relacionados ao

processo da globalização, da flexibilidade, da empregabilidade e da qualidade total transpassa as políticas públicas destinadas à educação, e efetiva-se com a aprovação do Decreto nº 2.208/97.

Com a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores em 2002, um novo horizonte é vislumbrado pelos educadores que defendiam a educação profissional e o ensino médio integrado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu em suas propostas para a educação, a revogação do Decreto nº 2.208/9, o que efetivamente ocorreu em 23 de julho de 2004. Apesar de algumas incongruências, os quatro primeiros anos do seu mandato, foram de avanços significativos nas políticas sociais de distribuição de renda.

A partir da metade do segundo mandato do presidente Lula, buscou-se implementar medidas para a integração entre educação profissional e ensino médio, ações para expansão da rede federal, apoio aos sistemas estaduais de educação profissional e a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de jovens e adultos.

Assim, tais medidas culminaram com a Lei 11. 892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir dos CEFET's e Escolas Técnicas. A respectiva lei define os institutos federais como instituições de educação superior, básica e profissional, multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), foi criado a partir da integração das Escolas Agro técnicas Federais de Catú, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Em 2010, como parte da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, foram integradas ao IF Baiano as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARC) mantidas pela CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, com unidades em Uruçuca, Itapetinga, Valença e Teixeira de Freitas. Nesse mesmo período, foram implantados mais dois campi, um em Bom Jesus da Lapa e o outro no município de Governador Mangabeira. Em 2012, numa nova fase de expansão dos institutos federais, foram inaugurados os campi de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique, totalizando 14 campi.

2.2 O papel do egresso para a avaliação institucional

A avaliação é fundamental para identificar fatores positivos e possíveis pontos de melhoria de uma instituição de ensino. Esta proposta de reflexão das ações educacionais deve ser considerada, a partir de um processo sistemático e contínuo na coleta de informações de diferentes indicadores, visto que possibilita diagnosticar progressos e retrocessos nos programas/políticas implementadas. Sobrinho (2010) ressalta que a avaliação é a ferramenta principal para a organização e implementação das reformas educacionais, ou seja permite o desenvolvimento de mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social.

Deste modo, faz-se necessário avaliar a qualidade do ensino que uma instituição oferece a sociedade a partir de diversos instrumentos. Um recurso metodológico que pode se mostrar eficiente é o acompanhamento de egressos. Entender como o aluno que conclui o curso se apropria dos conhecimentos, como se dá sua inserção no mundo do trabalho e a sua percepção sobre o curso e a instituição, são relevantes fontes de dados e informações que podem e devem ser levados em consideração nas avaliações dos institutos federais. Segundo Dazzani e Lordelo (2012):

A avaliação sistemática e contínua de programas utilizando egressos pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização dos recursos e proporcionar uma melhor utilização e controle de recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para uma gestão pública mais eficaz. (pg. 19)

Nesse contexto, o Ministério da educação em 2004 implantou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que tem como objetivo “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (MEC, 2004, p.1).

O SINAES é um instrumento de avaliação da educação superior e tem a proposta de utilizar as políticas de atendimento aos estudantes e egressos, como um dos indicadores da avaliação

institucional de forma integrada. A Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico (SEMTEC) em 1997 implantou a portaria MEC nº 646 que obrigava a implantação de mecanismos permanentes de consulta aos setores interessados na formação de recursos humanos, incluindo o sistema de acompanhamento de egressos e de estudos de demanda de profissionais.

Muitas são as dificuldades, quando se fala de acompanhamento de egressos. A primeira dificuldade diz respeito a localização desses sujeitos, que na maioria das vezes, após a conclusão do curso, perde contato com a instituição. Quando se supera a primeira barreira e se consegue localizar os egressos, um outro fator dificulta a pesquisa, que é a disponibilidade ou a disposição do egresso em cooperar com a pesquisa, ou até mesmo a coragem em ceder informações sobre sua vida particular.

Silveira e Carvalho (2012) destacam que as referências escassas de pesquisas com egressos retratam as dificuldades encontradas para a operacionalização desse tipo de estudo. Apesar das dificuldades expostas, a não efetivação de políticas de acompanhamento de egressos compromete o planejamento de ações, no que tangem a avaliação dos cursos ofertados e nos possíveis ajustes necessários nos projetos pedagógicos dos cursos.

Outro desafio é que, em muitos casos, os processos de avaliação institucional não levam em consideração as particularidades da instituição, tornando-o fragmentado e ineficiente. O processo de avaliação institucional deve superar a visão fragmentada do todo e adotar uma concepção sistêmica da realidade (LUCK, 2012), possibilitando que os dados coletados possam contribuir/intervir de forma efetiva no planejamento das ações. Deste modo, institucionalizar mecanismos de acompanhamento dos ex-alunos pode proporcionar um elo de comunicação, a troca de informações e aferir o grau de satisfação da educação ofertada à sociedade.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e caracterizada como exploratória, já que se limita a proporcionar uma visão geral a cerca da política de acompanhamento de egressos no Instituto Federal Baiano. Segundo Gil (2008, pg. 46), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Com método de coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental das seguintes fontes: Regimento Geral (RG), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Objetivando identificar nos documentos, as diretrizes traçadas para o acompanhamento de egressos no instituto objeto de análise.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, tem como finalidade ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, articulando ensino, pesquisa e extensão. Segundo seu Plano de Desenvolvimento Institucional, tem o objetivo “formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. (PDI, 2014, p.19).

Sendo assim, o termo egresso na Política de Acompanhamento do IF Baiano é definido como o estudante que concluiu todas as disciplinas de um curso e colaram grau, sendo então portadores de diploma do referido IF.

Conforme seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), a avaliação é um dos saberes fundamental para o desenvolvimento educacional, implicando em auto avaliação institucional ou avaliação externa. Partindo dessa compreensão, a instituição entende que o acompanhamento de egressos é uma importante ferramenta de reflexão sobre a práxis pedagógica. Assim, destaca o PPPI:

O acompanhamento de egresso configura-se ainda como um desafio e uma das principais metas deste projeto pedagógico institucional. Compreende-se o acompanhamento do egresso como mecanismo de avaliação da própria instituição, dispositivo para potencializar o processo formativo e desvelo com o cumprimento de seu papel social. Para tanto, a criação de ferramentas que acompanhe os profissionais tanto na formação verticalizada como na inserção ao mundo do trabalho, expressa uma necessidade eminente no IF Baiano. (PPPI, 2014, p. 15 e 16)

Outrossim, o PPPI estabelece princípios gerais orientadores do processo educativo pautados em documentos legais de abrangência nacional, sobretudo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível

Técnico. Um desses princípios destaca na alínea I que é necessário “o acompanhamento do egresso para inserção qualificada e competente no mundo do trabalho”. (PPPI, 2014, p. 21).

A promoção do acompanhamento dos ex-alunos, itinerários formativos e a inserção socioprofissional são destacadas também no PDI, como um dos 19 objetivos estratégicos do instituto para o quinquênio 2015-2019. Para promover tal acompanhamento, o documento estabelece como indicador o índice de egressos empregados na área de formação ou em áreas correlatas e os que ingressam novamente na instituição. A fórmula de cálculo não é descrita no PDI, mas o mesmo propõe metas globais e intermediárias de tais índices.

Com o objetivo de consolidação dos cursos ofertados, o PDI estabelece iniciativas estratégicas e destaca que os projetos pedagógicos dos cursos ofertados devem estar alinhados à identidade institucional e indissociáveis no acompanhamento de egressos. Para tanto, propõe 5 (cinco) iniciativas estratégicas, compreendendo: “ I – Implantação do Portal dos Egressos; II – Apoio à inserção socioprofissional; III – Estímulo ao itinerário formativo; IV – Estímulo de egressos em projetos de pesquisa e extensão; V – Socialização de egressos” (2014, p.50). Tais iniciativas estratégicas são importantes, pois:

O programa de acompanhamento de egressos se revela de fundamental importância para o Instituto, pois a condição profissional desses sujeitos deve orientar a construção das políticas do Instituto e a tomada de decisões em relação aos cursos ofertados. Desse modo, asseguramos que o potencial de empregabilidade de um egresso pode revelar a pertinência, ou não, da oferta de determinado curso na região, ou, ainda, a necessidade de atualização do currículo. (p. 97).

O PDI estabelece que o Programa de Acompanhamento de Egressos do IF Baiano está sendo implantado gradativamente, e que para o seu desenvolvimento, serão necessárias 8 (oito) ações:

1. Aplicação de questionários estruturados para obtenção de informações sobre o curso realizado (pontos positivos e fragilidades do curso);
2. Atuação dos sujeitos no mundo do trabalho, as dificuldades encontradas para se colocar no mercado de trabalho e o perfil de profissional exigido pelas empresas;
3. Cadastramento de egressos no Portal do Egresso;
4. Cadastramento de vagas de empregos, concursos, dentre outros;
5. Cadastramento de cursos de

aperfeiçoamento, capacitação, formação continuada, etc.; 6. Criação de um banco de currículos de egressos; 7. Divulgação de concursos e ofertas de emprego em sua área de atuação; 8. Realização de eventos para congraçamento dos egressos. (PDI, 2014, p. 98).

Segundo a referida política, essas ações estão vinculadas à Pró-reitoria de Ensino e à Diretoria de Assuntos Estudantis, e nos campi à Coordenação de Integração Escola Comunidade (CIEC). Em 04 de dezembro de 2018, foi lançado no site do IF Baiano, o Portal do Egresso, com vistas a colher informações sobre a vida profissional dos mesmos e também para avaliação dos cursos. A Política de Acompanhamento dos egressos (PAE) destaca que:

Com estas informações o IF Baiano poderá ter conhecimento sobre o perfil atual dos seus egressos, sobre a formação recebida nos cursos, e sobre a vinculação dos mesmos no mundo do trabalho. O conjunto dos resultados destes questionários serão sistematizados e reapresentados por meio de gráficos e integrarão um banco de dados que possibilitará a implementação de políticas de gestão. (PAE, p.3).

Destarte, verifica-se a importância do egresso como fonte de informação para avaliação institucional e para o processo de tomada de decisão e construção de políticas públicas, com vistas à ampliação e melhoria da educação profissional.

5. CONCLUSÃO

Diante das análises dos documentos institucionais do IF Baiano, constata-se que o acompanhamento de egresso é proposto como elemento de avaliação da educação profissional ofertada. No entanto, a efetivação da política ainda é um desafio, mesmo com diretrizes indicando ações substanciais e significativas faltam na prática à inserção de mecanismo que realizem este acompanhamento. Considerando que ambas propõem a construção de banco de dados que possa sistematizar as informações coletadas.

Deste modo, observa-se a necessidade, em ambos os institutos, de uma linha de pesquisa sobre a temática, com vista a fomentar a materialização das ações, já que segundo PAUL (2015) os estudos com egressos no Brasil são esporádicos e com insuficiência metodológica.

É preciso compreender que a observação eficaz do egresso, como sujeitos que estão inseridos no mundo do trabalho, e por isso detém um olhar peculiar com relação à formação recebida, possibilita redimensionar a oferta dos cursos e possíveis atualizações curriculares, propiciando uma educação profissional de qualidade que atenda aos anseios da sociedade.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. LORDELO, José Albertino Carvalho. A importância de estudos com egressos na avaliação de programas. Dazzani & Lordelo (org.) Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas. Salvador: EDUFBA, 2012.

ESPARTEL, Lélis Balestrin. O uso da opinião dos egressos como ferramenta avaliação de cursos: o caso de uma instituição ensino superior catarinense. Revista Alcance, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 102-114, 2009.

FREITAS, Wesley R. S; JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. Estudo & Debate, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In JAQUELINE MOLL & Colaboradores. (Org) Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFBAIANO. Plano de Desenvolvimento Institucional: Identidade e Gestão para a construção da excelência. Salvador, 2014.

IF BAIANO. Projeto Político Pedagógico Institucional do IF Baiano. Salvador, 2014.

KUENZER, Acácia Z. Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal. 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Cristina Bernardi; MIRANDA, Claudio de Souza; PAZZELO, Elaine Toldo. Egressos como instrumento de avaliação institucional: uma análise da formação e empregabilidade dos egressos da FEA-RP/USP. Revista GUAL, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 298-321, jan. 2015.

LUCK, Heloísa. Perspectivas da avaliação institucional da escola. Série Cadernos de Gestão. - Petrópolis: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192 Acesso em 18 NOV. 2018.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração. Holes, Ano 23, Vol. 2 – 2007.

PAUL, J. J. Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. Educar em Revista, Curitiba, Brasil. Editora UFPR. N 54, p. 203-219, out./dez. 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. História e Política da Educação Profissional. 1º Edição. Coleção Formação Pedagógica, volume V. Curitiba, 2014.

RAMOS, Marise N. Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado. In: In: RAMOS, Marise N. (Org.) ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J; ZIBAS, Dagmar M. L.; MADEIRA, Felicias R.; FRANCO, Maria Laura P. B. (orgs). Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 151-168.

SILVEIRA, Olivia Maria Costa. CARVALHO, Leila Tibiriça. Estratégias metodológicas para pesquisa com egressos. Dazzani & Lordelo (org.) Estudos com estudantes egressos: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas. Salvador: EDUFBA, 2012.

SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos. Acesso em 30 de Abril de 2019.

SOBRINHO, J.D. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. Revista da Avaliação da Educação Superior. v.15, n.1, 2010.